

- XXX -

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO MUSICAL NA REDE DE ENSINO DE PORTO ALEGRE: UMA PESQUISA DOCUMENTAL

Cristina Rolim Wolffenbüttel

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
cristina-wolffenbuttel@uergs.edu.br

INTRODUÇÃO

A história da Educação Musical na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RME/PoA) remonta muitos anos. Essa história entrelaça-se à trajetória do ensino de Música no Brasil (LEMOS JÚNIOR, 2012).

Juntamente a isso, há uma sintonia em relação aos esforços para a construção da Educação Musical como campo de conhecimento, tanto no Brasil, quanto no mundo. Na Alemanha, o debate sobre a educação musical como área de conhecimento está presente nas discussões teóricas e nas pesquisas empreendidas, evidenciado em trabalhos como os de Kraemer (2000), apresentando concepções sobre dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical.

Considerando-se estes pressupostos, esta investigação partiu dos seguintes questionamentos: Quais são as políticas que se apresentam nas propostas de inserção da Música nas escolas de Porto Alegre? Como estas políticas se apresentam nos documentos oficiais disponíveis? Portanto, o objetivo foi investigar as políticas públicas em Educação Musical da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED).

METODOLOGIA

O desenho metodológico utilizado nesta investigação incluiu a abordagem qualitativa, a pesquisa documental como método, e pesquisa via *Internet* como técnica para a coleta dos dados.

Por meio do processo de buscas denominado *surfing*, *browsing* e *searching* (KOCH, 1996), os documentos analisados incluíram diversas publicações da SMED, bem como normativas e pareceres exarados pelo Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre (CME-PoA). A análise dos dados foi efetuada com base na análise de conteúdo.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O referencial teórico fundamentou-se em conceitos de Educação Musical (KRAEMER, 2000) balizados pela Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE *et al*, 1992; BALL, 1994).

A Educação Musical, para Kraemer (2000), constitui-se um imbricamento entre disciplinas, discutindo dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical e salientando particularidades em relação às demais disciplinas. A pedagogia da música se ocupa com as relações entre as pessoa(s) e as música(s), dividindo o objeto de estudo com as ciências humanas, incluindo aspectos filosóficos, históricos, psicológicos, sociológicos, musicológicos, pedagógicos e de outras disciplinas que podem ter um significado pedagógico-musical importante. A particularidade do saber pedagógico-musical está “no cruzamento de ideias pedagógicas marcadas pelas ciências humanas, orientadas pela cultura musical e ideias estético-musicais” (KRAEMER, p. 66). É proposto um modelo estrutural, o qual inclui a análise e os campos de aplicação da área, os aspectos que a compõem – musicológicos, pedagógicos, entre outros – além das funções da pedagogia da música – compreender e interpretar, descrever e esclarecer, conscientizar e transformar a prática músico-educacional.

Bowe *et al* (1992) e Ball (1994) propuseram um ciclo contínuo de política, objetivando a recontextualização da política que transita pelas escolas. Conforme os autores, há um ciclo composto de contextos que influenciam e são influenciados, sendo estes os contextos da influência, do texto político e da prática. Posteriormente, Ball (1994) expandiu a proposta, acrescentando os contextos dos efeitos e da estratégia política, postulando a necessidade de as teorias em política educacional estarem desvinculadas dos trabalhos do Estado. A política é uma “economia de poder”, um conjunto de tecnologias e práticas, cujas realizações e lutas ocorrem acima dos arranjos locais. Política é texto e ação, palavras e contratos; isso é o que se representa e o que se pretende. Políticas são sempre incompletas, básicas e simples. A prática, todavia, é sofisticada, contingente, complexa e instável. A política como prática é criada em uma “trialogia” de dominação, resistência e caos/liberdade. Então, a política não

é simplesmente uma assimetria de poder. O controle ou a dominação nem sempre podem ser totalmente seguros ou tranquilos, em parte devido à agência. A proposta não pretende minimizar ou subestimar os efeitos ou impactos das políticas, mas problematizar todo o processo subjacente à proposta da abordagem (BALL, 1994).

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados, após coletados, foram organizados, categorizados e analisados, resultando as seguintes categorias: tipos de atividades realizadas nas escolas, objetivos do trabalho, estrutura física e profissional para o trabalho pedagógico musical, contribuição do ensino de música, trabalho integrado entre música e literatura e metodologia de ensino de música.

Os tipos de atividades musicais mais presentes nas escolas são as realizadas em grupos instrumentais e/ou vocais. Os objetivos do trabalho enfatizam a prática musical, com a compreensão e elaboração dos conceitos musicais, de forma sensível e coletiva. A estrutura física e profissional do trabalho aponta uma preocupação com os espaços destinados ao ensino de música, bem como com os profissionais que desenvolvem as atividades nas escolas.

Quanto à contribuição do ensino de música, esta é apontada em sua totalidade e complexidade, sendo a música um elemento de integração e fortalecimento de vínculos, de educação integral, de socialização, convivência e na formação dos valores humanos. O trabalho integrado entre música e literatura prevê que a vivência literária ocorre além, dos livros e das vivências literárias, mas também por meio da música e do canto.

No que diz respeito à metodologia de ensino de música, de modo geral, parte de princípios da Educação Musical que agrega à prática pedagógica, aspectos da sociologia e psicologia da música, em todas as suas dimensões estéticas e criativas. Entre eles, a importância de o educador aproveitar as experiências musicais do cotidiano do aluno e conceber o conhecimento como algo dinâmico, construído a partir de trocas de saberes, proporcionando condições para que o aluno compreenda o que se passa no plano da expressão e no plano do significado quando ouve ou executa música.

A partir da análise dos documentos coletados nesta investigação, entende-se que o ensino de Música esteja em sintonia com o pensamento de Kraemer (2000), considerando-se os princípios e os propósitos ao se apresentar nas escolas, oportunizando as relações entre as pessoas e as músicas, em suas diversas dimensões.

Observou-se, também, que as políticas públicas em Educação Musical se apresentaram incompletas, básicas e simples, mas a prática mostrou-se sofisticada, contingente, complexa e instável, como referido por Bowe *et al* (1992) e Ball (1994).

Entende-se, portanto, que o desafio para a efetivação das políticas em Educação Musical nas escolas seja a implementação do que consta no registro dos textos políticos.

CONCLUSÕES

Ao finalizar esta pesquisa, aponta-se sua importância para o estudo das políticas públicas em Educação Musical, bem como para a sua consolidação. Responde-se, portanto, aos questionamentos.

Quanto às políticas que se apresentam nas propostas de inserção da Música nas escolas da RME/PoA, a partir da leitura e análise dos documentos, constatou-se que essas se apresentam na legislação vigente, incluindo as leis e normativas, tanto exaradas pelo governo federal, quanto pelo CME-PoA. Corroboram à estruturação das políticas, pressupostos de Educação Musical de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Em relação ao modo como essas políticas se apresentam nos textos oficiais, foram encontrados diversos documentos, incluindo textos produzidos pela SMED ou por ela acolhidos, publicados em sua página oficial na *Internet*. Observou-se, portanto, que as políticas para a inserção da Música nas escolas está presente nos documentos oficiais. Talvez, o que seja necessário, seja o conhecimento de quem implementa as leis, tornando-as efetivas nas escolas.

Ao finalizar esta investigação, entende-se que seus resultados contribuem para a construção da Educação Musical como área de conhecimento e potencializar a inserção da Música nas escolas da RME-PoA.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. *Educational reform: a critical and post structural approach*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BOWE, R. *et al. Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London: Routledge, 1992.

KOCH, Traugott. *Internet search services*. Dortmund: TU-Technische Universität, March 11, 1996. Disponível em <<https://www.ub.tu-dortmund.de/suche/trefferliste-cse.html?s=koch>>. Acesso em 13/02/2019.

KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. *Em Pauta*, Porto Alegre, V.11, n. 16/17, abr./nov., p.50-73, 2000.

LEMOS JÚNIOR, Wilson. História da educação musical e a experiência do canto orfeônico no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, n. 27, p. 67-80, jan./abr. 2012. p.67-80. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/715/71523347005.pdf>>. Acesso em 13/02/2019.